

APRESENTAÇÃO

Carlos Guilherme do Valle
Julie Antoinette Cavignac
Paulo Victor Leite Lopes

O presente número da *Vivência – Revista de Antropologia*, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tem a honra e a satisfação de trazer ao leitor um conjunto variado, heterogêneo, de artigos, orientados por certos eixos interpretativos, mas destacando o projeto pluralista de nosso programa de pós-graduação e de suas publicações institucionais. São 14 textos ao todo: doze deles artigos, além da conferência do professor João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), que abre o presente número, e do memorial do professor Luiz Assunção (PPGAS/UFRN), que fecha a *Vivência*.

A conferência de João Pacheco foi realizada durante a XV Semana de Antropologia de 2017. Foi ocasião em que o antropólogo desenvolveu uma reflexão aprofundada sobre a persistência de parâmetros de colonialidade e de concepções históricas coloniais no Brasil contemporâneo. Isso é extremamente aparente quando se consideram os modos de compreensão dos povos indígenas em nosso país, inclusive atualmente, ainda que esse regime de entendimento social e cultural (desqualificador) tenha maior abrangência e se remeta a outras experiências coletivas e societárias que são corriqueira e sistematicamente atravessadas por hierarquias, dinâmicas de desigualdade e relações de vulnerabilização social. João Pacheco invoca aos pesquisadores e estudantes em formação que reflitam de modo mais aprofundado sobre os usos que fazem de suas próprias categorias analíticas, além de pensarem seriamente nos modos de construção de suas pesquisas. Deve-se acrescentar que João Pacheco advoga em favor de um olhar acurado e de uma etnografia rigorosa das formas de produção de conhecimento, inclusive o antropológico, com o propósito de evitar reificações que produzam representações desqualificadoras da alteridade cultural e social, muitas vezes respondendo, sobretudo, a pressupostos coloniais que têm continuidade em nossos esquemas de pensamento.

Em seguida, temos o dossiê “Antropologia e(m) campo” do número 51 da *Vivência*, composto ao todo por 8 artigos. Todos os textos do dossiê trazem pesquisas que evidenciam um forte compromisso com o ofício etnográfico, algumas vezes rompendo os limites canônicos da pesquisa de campo mais convencional. O primeiro artigo que compõe o dossiê, “Meninas danadas”: exploração sexual, prostituição e agência feminina em contexto indígena”, de Tota et al., trata das dinâmicas e processos de vulnerabilização social pelos quais passam mulheres de diferentes faixas etárias, em especial jovens, no que concerne à sexualidade e às relações de gênero. O contexto societário é extremamente plural e inclui também diferenciação étnica, o que complexifica a discussão proposta pelos autores. Por meio de estudo etnográfico, os autores abordam os modos de acusação moral que se estendem muitas vezes às mulheres nos contextos pesquisados.

Em seu artigo, “Pesquisa clínica, ética e direito à saúde: práticas emergentes de bioativismo científico no Brasil”, Rosana Castro traz uma análise instigante sobre um tema ainda pouco explorado em Antropologia no nosso país, o caso das pesquisas clínicas. Partindo das discussões mais contemporâneas de Antropologia da Saúde e da emergência de ativismos biosociais, a autora recupera os posicionamentos públicos de cientistas, de profissionais da biomedicina e das próprias pessoas com doenças raras e/ou seus familiares no que diz respeito à maior flexibilização dos trâmites de realização de pesquisas em seres humanos. Ao trazer à luz questões caras ao debate do “direito à saúde”, a autora mostra como critérios e princípios bioéticos acabam por ser colocados à prova a partir de um campo social em disputa.

No caso da pesquisa de Andrade et al., cujo artigo se intitula “Práticas corporais, identidade e formação de habitus entre grupos de praticantes da capoeira e da dieta naturalística”, podemos nos aproximar de questões teóricas a respeito da corporeidade a partir de duas experiências etnográficas distintas, desenvolvidas pelos autores. Uma delas deriva de pesquisa de campo com capoeiristas de um grupo em Salvador (BA), enquanto a outra experiência foi resultante de trabalho de campo realizado em um centro de terapias holistas voltadas às mulheres. A partir da reflexão das singularidades dos dois contextos, o artigo mostra como as práticas corporais articulam-se à processos identitários, embora estes sejam afetados por fluxos culturais tanto das tradições locais como das dinâmicas globais.

O artigo de Fabrício Sampaio, “Do esquadrinhamento ao bate papo: paquera homoerótica como performance ritualizada no facebook”, segue outra direção. Em primeiro lugar, o autor pretende fazer uma etnografia virtual em uma rede social digital bastante conhecida. Assim, ele procura abordar os modos e práticas de interação afetivo-sexual homossexual, em especial a prática da “paquera”, como rituais específicos de sentido erótico entre homens. Em segundo lugar, uma das intenções do artigo é apreender os significados que se constituem por meio da paquera online, perscrutando as performances de gênero, os usos do corpo e da sexualidade como partes de uma ritualização interpessoal. Percebe-se que temos, assim, outro modo de constituir a pesquisa de campo etnográfica, agora vivida por meio de plataformas digitais, ainda que as relações sejam iminentemente sociais e culturais.

É verdade que as relações se processam de múltiplas formas. Nesse sentido, o artigo de Carneiro da Cunha & Lopes, “Uma relação entre vaqueiros e seus animais no sertão pernambucano”, traz uma interessante reflexão sobre as relações entre humanos e animais a partir de suas experiências de pesquisa de campo. Além do longo processo histórico que associa a região do Pajeú e de Serra Talhada com a criação de gado, os autores destacam diversos aspectos do cotidiano dos vaqueiros e, ainda mais, das modalidades de competição em que eles participam, tais como as *pega de boi* e as *vaquejadas*. É importante destacar a importância dos sons nas relações entre vaqueiros e seus animais, o gado, que serve de uma linguagem de percepções e orientações, cuja matriz deriva de um longo antecedente histórico e cultural com a pecuária.

A pesquisa de Rogéria Dutra et al., “Migrações estudantis: desafios e limites de integração à sociedade de destino”, empreende um esforço comparativo de caráter antropológico no sentido de entender as experiências de estudantes “intercambistas”, sejam eles brasileiros no exterior ou estrangeiros no Brasil. Embora seja uma experiência comum durante a formação acadêmica de ensino superior, pouco ainda se refletiu sobre a migração estudantil. O artigo busca analisar, portanto, os significados que têm o intercâmbio estudantil, considerando o atual estímulo à internacionalização do ensino superior. Desse modo, os desafios, limites e obstáculos vividos são particularmente analisados

pelos autores, que demonstram as estratégias criadas a fim de contornar as condições sociais de (im)possibilidade que podem advir da experiência de viver no exterior.

O artigo de Edna Alencar, “Patrões e cativos: relações de trabalho e estratégias de resistência nos seringais do Alto Solimões, AM”, recupera de modo exemplar uma temática importante para os estudos amazônicos, que merece ser retomada, tendo em vista as transformações atuais que têm ocorrido na região Norte, sobretudo no que concerne os ideais e discursos de desenvolvimento. Os seringais se constituem ambiente central de imaginação cultural e social para diferentes áreas da Amazônia, tal como o contexto abordado por Alencar, que é foco de pesquisas sociais e antropológicas por décadas. Tomando a perspectiva temporal, histórica e da memória, a autora aborda os diferentes modos de se enquadrar o passado, tendo em vista as diferenciações e hierarquias sociais, o que opõe seringalistas e seringueiros no entendimento dos modos de ocupação do espaço e das relações desiguais entre atores/grupos sociais. Desse modo, acusações são feitas, sobretudo, por parte dos antigos seringueiros que questionam o antigo regime de *cativo* em que viviam, trazendo à tona a dimensão das relações de violência e dominação que estavam presentes na produção de borracha nos seringais do Alto Solimões. Com isso, um leque de estratégias sociais era disposto pelos seringueiros a fim de contestar as relações hierárquicas acionadas pelos seringalistas.

Fechando o dossiê, temos o artigo de Mariana Leal Rodrigues, “Aprendendo a *olhar sobre os ombros*: o uso do filme e da fotografia na pesquisa como uma experiência de devolução e colaboração”. Temos, assim, outro foco em termos das relações que se estabelecem em “campo”. Nesse caso, as relações entre antropóloga e seus interlocutores, durante longo período de contato e relações, em projetos de pesquisa que valorizam e refletem sobre a criação e valorização dos vínculos entre seus participantes. A troca de registros visuais entre pesquisadora e seus interlocutores é tomada como foco, mas a autora preocupa-se em problematizar os desafios de representação cultural das pessoas envolvidas na pesquisa. Preocupa-se, ainda mais, com as implicações que a produção audiovisual, sobretudo fotografias e filmes, têm para processos de reconhecimento de saberes tradicionais como patrimônio imaterial.

Se a revista *Vivência* 51 apresenta o dossiê “Antropologia e(m) campo”, o número atual ainda inclui artigos enviados por meio de fluxo contínuo. São quatro artigos e o memorial do professor Luiz Assunção para professor titular de Antropologia da UFRN. No caso do artigo de Damasceno et al., “Uso das tecnologias de informação e comunicação e dinâmicas do trabalho docente”, os autores refletem sobre a disseminação de novas práticas pedagógicas, potencializadas pelo cotidiano onipresente de tecnologias digitais. Podemos aventar que as novas tecnologias de informação e comunicação têm sido operadas por motivações variadas dentro de sala de aula, inclusive ultrapassando o sentido pedagógico que o artigo ressalta. Nesse caso, o artigo pode ser um interessante aporte para se pensar os usos variados de tecnologias digitais e, além disso, as dinâmicas de conflito, muitas vezes balizadas por processos políticos mais amplos, que se evidenciam entre docentes, alunos e outros atores sociais que se engajam nas salas de aula como espaços sociais que mostram as conexões entre diferentes escalas/níveis sociais.

Em seguida, o artigo de Nascimento, “Pesquisa e trabalho no cárcere: desafios da pesquisa e do trabalho dos agentes penitenciários na prisão”, expõe uma reflexão a respeito do trabalho dos agentes no que concerne a ressocialização de presidiários. O autor reflete a partir de sua dupla inserção, enquanto pesquisador e agente penitenciário, o que mostra a complexidade das etnografias que vêm sendo ultimamente feitas, em diversos contextos e tradições

nacionais de Antropologia. Isso está evidente também no artigo seguinte de Fernández & Arias, “Gênero-grafias sanitárias: algunas reflexiones entorno a uma intervención performativa em banos públicos”, onde os autores mostram, a partir de sua própria intervenção em banheiros públicos de uma universidade da Costa Rica, como a atuação de pesquisadores pode desestabilizar com os parâmetros binários de gênero. Com isso, mostram dilemas que perpassam a despatologização das experiências e identidades transexuais. Por fim, o artigo de Souza & Rangel, “A institucionalização da diferença: reflexões sobre políticas inclusivas na educação e suas práticas de governo”, traz uma contribuição, a partir da proposta de Michel Foucault, sobre as implicações epistemológicas da emergência da categoria “inclusão”, que é muito cara para as políticas de educação no exterior e em nosso país. Em paralelo aos usos da categoria e significados da ideia de diferença, cuja institucionalização se faz por meio de práticas governamentais, a ideia de inclusão se constitui como uma estratégia disciplinar que, paradoxalmente, anula as diferenças em si mesmas, o que teria implicações para o governo das pessoas e populações. Trata-se de um texto que coloca em questão diversas ideias que têm sido aceitas e disseminadas publicamente sem o devido crivo crítico.

O número 51 da *Revista de Antropologia Vivência* do PPGAS/UFRN se encerra com a publicação do memorial apresentado pelo Professor Luiz Assunção como um dos requisitos para a ascensão à classe de professor titular na carreira do magistério superior. Trata-se de etapa crucial na consagração da trajetória acadêmico-institucional de todo o docente de instituições de ensino superior. O Professor Luiz Assunção resgata uma trajetória por caminhos plurais, deslocamentos espaciais e/ou geográficos, seja no próprio estado do Rio Grande do Norte, de onde é nativo, seja por outros estados e países. Seu memorial traz como se deu a formação progressiva de um ofício que se fez em processo, assinalando a inserção e a vinculação à instituições, sobretudo, mas não exclusivamente, a UFRN, além da rede social de pessoas que têm relevância para se entender os estudos sobre cultura popular, etnicidade/racialidade, religiões afro-brasileiras no país. Trata-se de um memorial que mostra a paixão pela Antropologia e os temas de interesse mais caros ao professor, enredados aos diálogos com seus interlocutores de pesquisa e a outros intelectuais. É um memorial-depoimento que traz uma visão abrangente da história da Antropologia e das Ciências Sociais no Rio Grande do Norte desde a década de 1970, sem estar desvinculada de uma história que é da própria Antropologia, seja em termos de nossa tradição nacional, o que evidencia a importância da formação de programas de pós-graduação em nosso país, mas também pensar a relação da Antropologia feita na UFRN em diálogo e interação com as tradições globais da disciplina.